

ENCARTE ESPECIAL

AVALIAÇÃO DA GREVE NA UFRRJ

Após quatro meses de paralisação, Comando Local de Greve/CLG avalia a mobilização do Movimento Docente

A construção da greve no interior do Sindicato Nacional

Para o setor das federais do ANDES-SN, o ano de 2012 iniciou ainda em 2011, quando da assinatura do acordo com o governo federal. Uma parcela significativa das seções sindicais indicou a rejeição do chamado acordo emergencial, o que levaria a discussão da greve nacional já naquele momento. A política que predominou no setor produziu tensão na categoria que se expressou no Congresso Nacional do ANDES-SN, realizado em Manaus (janeiro de 2012). Apesar da polêmica, o plano de lutas aprovado no congresso não armava a categoria para o possível cenário de greve. Apostava-se então no avanço das negociações e no cumprimento do acordo, mesmo que sob o signo da intensificação da luta em torno da pauta.

Nas reuniões do setor do início do ano de 2012, os debates giraram em torno do impasse nas negociações entre governo e categoria. Evidenciou-se a protelação e intransigência do governo nas mesas. A Direção Nacional e o setor concentraram seus esforços na defesa do projeto de carreira, muito embora as condições de trabalho precarizadas fossem um elemento explosivo na realidade de grande parte das Instituições Federal de Ensino (IFE), com uma nova realidade interiorizada e multicampi. A hipótese de construção da greve nacional passou a ser aventada, ainda que sob avaliações pessimistas da direção e de algumas seções sindicais quanto a força do governo e o nível de mobilização da categoria para enfrentá-la.

Após o dia 31 de março, o descumprimento do acordo pelo governo impulsionou a discussão da greve no setor e nas assembléias da categoria. A resposta positiva e enérgica da base em grande parte do país quanto ao indicativo de deflagração do movimento ainda em maio surpreendeu muitos dirigentes. Na reunião do setor das federais dos dias 21 e 22 de abril, definiu-se o indicativo de deflagração da greve para o dia 17/05 e a pauta de greve, a serem discutidos pelas seções sindicais, mesmo sob alegações de que faltava clareza nesta pauta, de que não havia mobilização suficiente em universidades de grande porte.

A força da greve e a definição de sua direção política

As assembléias de base realizadas na primeira semana de maio confirmaram a disposição da categoria para a construção imediata do movimento. A reunião do setor do dia 12/05 apenas ratificou a deflagração da greve nacional em 17/05. Em menos de duas semanas, mais de 40 das 59 universidades federais já haviam deflagrado a greve. A força do movimento e a rápida adesão da categoria surpreenderam até mesmo o governo, que tentara sem sucesso obstaculizar o início da greve com a edição da MP 568, em substituição ao PL 2203/11, que tratava da incorporação da GEMAS e a reposição de 4%.

Um processo de mobilização riquíssimo começou a se desenvolver em todo o país. Tornou-se explícito o motor da indignação e da energia da base: as



precárias condições de trabalho geradas pela expansão (Reuni). A renovação da categoria dos últimos anos é mais um elemento para que novas formas de luta e intensificação dos métodos tradicionais de mobilização sejam experimentadas pelo movimento docente. Enquanto o segundo ponto da pauta levava para greve não apenas os professores, mas também os estudantes, dessa vez não apenas em apoio a nós, mas com uma pauta de greve própria - os comandos de greve passaram a realizar um enorme esforço para divulgar e conscientizar a categoria com relação ao projeto de carreira docente do ANDES-SN. Neste momento, a mídia burguesa ainda fez uma cobertura em seu conjunto positiva do movimento, repercutindo denúncias sobre a péssima situação da infraestrutura das IFE. O governo tentou se explicar para a sociedade, deixando claro sua incapacidade de lidar com o movimento grevista.

O início do mês de junho foi marcado pela expectativa de abertura de negociações entre o governo e a categoria. Outras categorias da educação federal e do serviço público iniciaram o processo de deflagração de suas greves. Para sair do

desgaste político, tentar retomar a iniciativa do processo que aparentemente levaria ao alastramento das greves, o governo convocou uma reunião sobre carreira docente no Ministério do Planejamento para o dia 12 de junho. Nesta reunião o governo propôs uma trégua da greve se comprometeu a apresentar uma proposta em 20 dias. O assunto da reunião restringiu-se a pauta de carreira, com a sinalização de que o governo atenderia à proposição do PROIFES.

A resposta a esta postura do governo, ainda no mês de junho, expressou a tendência hegemônica na direção política de nossa greve. Os comunicados de 12 e 18 de junho do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN (CNG-ANDES) produziram na categoria a expectativa de que o governo cederia à força da greve e apresentaria uma proposta de carreira contemplando nossa pauta, que passava a ter como centro a carreira docente. No interior do CNG-ANDES utilizou-se o argumento de falta de informações vindas das seções sindicais para secundarizar o ponto de condições de trabalho, principal elemento de mobilização. Mesmo depois da suspensão da reunião que ocorreria no dia 19 de junho, as ações indicadas pelo CNG-ANDES tinham como eixo a visibilidade da greve, através de atos e demonstrações públicas.

A combinação da bandeira de luta pela abertura de negociações sobre a carreira docente com ações de visibilidade, tática que predominou até o fim do movimento, produziu o efeito de dispersão das energias que se manifestaram no início da greve. A apresentação de propostas (13 e 23/07) pelo governo que não deixavam margem para qualquer negociação, não levou à reformulação da palavra de ordem da greve (negocia Dilma) nem de suas táticas. Não houve unidade nacional no interior de nosso sindicato, nem com outros setores da educação (FASUBRA, SINASEFE) para dar consequência aos chamados para a radicalização das ações da greve aprovados no CNG-ANDES pela atuação de algumas seções sindicais, dentre elas a ADUR-RJ (Comunicados especiais de 14 e 15/07, 26/07, 03/08 e 10/08).

O desfecho do movimento

O cenário de generalização das greves dos servidores federais, no qual esta direção política da greve tornou-se hegemônica, favoreceu a retomada da iniciativa política pelo governo. A assinatura do acordo com o PROIFES no dia 03/08 e o anúncio do encerramento das negociações com os docentes intensificaram a contradição entre a linha adotada e as necessidades reais do movimento. Mesmo com todas as derrotas sofridas pela entidade oficial no processo da greve, a resposta do governo à tática adotada pelo CNG-ANDES foi justamente a de deslegitimá-lo como negociador e encerrar a interlocução. Ao mesmo tempo, as centrais sindicais governistas, CUT e CTB, dirigindo quase todos os sindicatos das categorias grevistas, também assumiram a negociação com o Executivo como centro da luta. Em resposta a isso, o governo trabalhou para fixar a data de 31/08 como marco do término das negociações coletivas e garantir o controle da radicalidade das greves através de seus braços sindicais.

Neste contexto, aumentaram as polarizações no interior do CNG-ANDES. As divergências em torno da manutenção da tática negocial e do limite temporal da greve se acirraram quando a proposição de apresentação da contraproposta foi vitoriosa no CNG-ANDES, mesmo desacompanhada da organização de ações que pudessem impor derrotas ao governo e forçá-lo a desistir de seu calendário. Mantinha-se a greve, mas sem direcionar energia para a criação de um fato político capaz de impor derrotas ao governo: ao contrário, aprofundava-se a política de tentar convencer e apelar para o governo, através de ações performáticas e do recurso aos parlamentares da base aliada. Além disso, a situação de ajustamento das greves dos servidores públicos ao calendário do governo passou a ser utilizada por setores de nosso sindicato como elemento de pressão para a construção do fim de nossa greve. Isto apesar do fato de que a unidade com os outros Serviços Públicos Federais (SPF) não fora um elemento fundamental nem para a deflagração de nossa greve, nem para dar consequência às propostas de radicalização.

Esta tensão gerou o Comunicado Especial do CNG-ANDES de 02/09 que, se de um lado apontava a continuidade da greve, de outro remetia para as bases a discussão sobre o encerramento do movimento. Este se tornou então o marco decisivo para que as contradições do CNG passassem a se manifestar na base do sindicato. A insegurança manifestada pela direção política da greve preparou o cenário para que qualquer radicalização do movimento, reivindicada por um número expressivo de seções sindicais, fosse definitivamente descartada. E na medida em que era objeto de construção política nas bases, as análises pessimistas ganharam consistência e passaram de conjectura a fato.

Ainda que o Comunicado Especial de 09/09 do CNG-ANDES tenha indicado simplesmente a continuidade da greve, na avaliação da maioria dos Comandos Locais de Greve (CLG), incluindo o CLG-ADUR-RJ, o desfecho do movimento estava dado para os próximos dias. Este foi o encaminhamento mais consequente diante da impossibilidade de desenvolver novas formas de luta que pudessem obrigar o governo a sair de sua posição de controle do processo e finalmente atender nossa pauta. Ainda assim, a categoria expressou em suas assembleias o desejo de seguir na luta pela constituição de comandos de mobilização, em especial diante das péssimas condições de trabalho das IFE.

Saimos da greve sem esgotar as nossas possibilidades de luta, sem o atendimento de nossa pauta e com a apresentação de um PL de carreira que ataca decisivamente o projeto de universidade que defendemos, mesmo que tenhamos vivido a maior mobilização da história de nosso sindicato. Tivemos uma reposição salarial (não isonômica) que reverterá minimamente a política governamental de não gastar nenhum centavo com os servidores públicos. Apontamos para a continuidade dos enfrentamentos e precisamos dar consequência organizativa a renovação da categoria que se expressou nessa greve, a fim de que as próximas lutas possam ser conduzidas com a unidade e a radicalidade necessária aos desafios que nos propomos.*